

## Uso do PJe é um dos problemas no acesso à Justiça Federal paulista

Uma pesquisa feita pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) apontou a morosidade e a dificuldade de uso do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) como os principais problemas enfrentados pelos advogados no acesso à Justiça Federal no Estado.



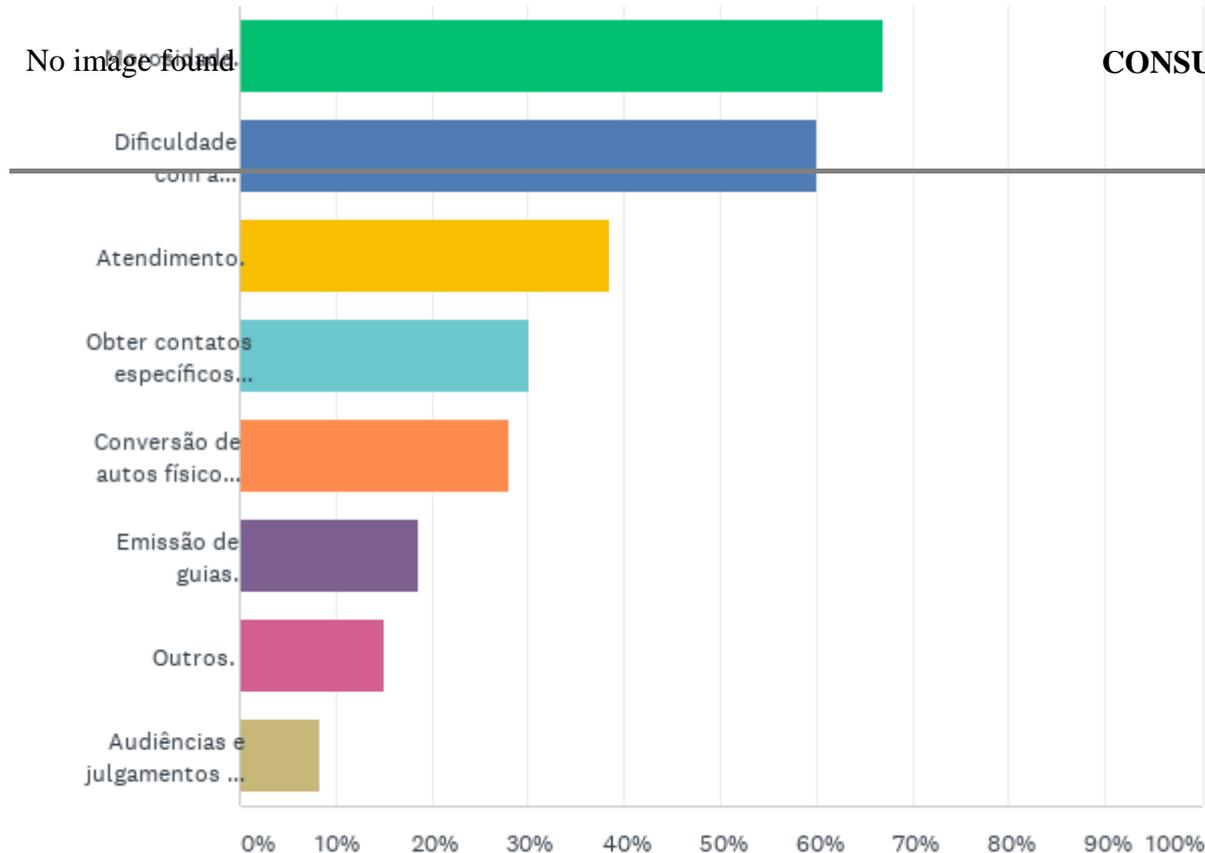
Divulgação

Dentre 710 respostas de associados, com a possibilidade de selecionar até quatro opções, 470 (aproximadamente 67%) indicaram a morosidade e 421 (pouco mais de 60%) assinalaram a dificuldade com o PJe.

Outros problemas consideravelmente enfrentados pelos advogados, conforme a pesquisa, são o atendimento (pouco mais de 38% das respostas), a obtenção de contratos específicos via e-mail ou telefone (aproximadamente 30%) e a conversão de autos físicos em digitais (quase 28%).

Por outro lado, as audiências e julgamentos por videoconferência não foram apontados como grandes obstáculos no acesso à Justiça Federal em São Paulo. Apenas 58 (pouco mais de 8%) dos respondentes selecionaram essa opção. Veja os resultados completos:

Divulgação/AASP



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Morosidade.	67.05% 470
Dificuldade com a usabilidade do Sistema (PJe).	60.06% 421
Atendimento.	38.52% 270
Obter contatos específicos (e-mail e telefone).	30.10% 211
Conversão de autos físicos para digitais.	27.96% 196
Emissão de guias.	18.69% 131
Outros.	14.98% 105
Audiências e julgamentos por videoconferência.	8.27% 58
Total de respondentes: 701	

## Repercussão

Os dados foram apresentados no início deste mês, durante audiência pública promovida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) para debater o orçamento participativo da Justiça Federal de primeiro grau em São Paulo.

A pesquisa foi enviada para quase 60 mil associados da AASP no último dia 29/10 e foi encerrada no dia

---

4/11. Além do questionamento principal de múltipla escolha, havia também um campo de resposta aberta para os advogados contarem sobre eventuais dificuldades com os serviços e atendimentos da Justiça Federal paulista.

"Creio que o resultado da pesquisa é muito fiel à realidade experimentada pelos advogados. Com certeza, a morosidade, a dificuldade com o PJe e o atendimento são temas e desafios do dia a dia da advocacia que precisam de contínuo acompanhamento e endereçamento adequado", afirma Antonio Carlos de Almeida Amendola, conselheiro da AASP que apresentou a pesquisa na audiência.

O presidente da AASP, Renato Cury, ressalta as ações que podem ser tomadas a partir dos resultados obtidos. "A iniciativa é de extrema importância para entendermos exatamente quais são as principais dificuldades relatadas pela advocacia, bem como para trabalharmos junto ao TRF-3 na busca de soluções para minimizarmos os efeitos decorrentes desses problemas. A interlocução da AASP com o TRF-3 certamente encontrará os caminhos para superarmos essas dificuldades apontadas pela pesquisa."

O TRF-3 enviou manifestação à **ConJur** sobre a pesquisa da AASP:

*"O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) está atento às dificuldades enfrentadas por advogados e jurisdicionados e tem trabalhado em constante diálogo com associações para garantir uma prestação jurisdicional eficiente e inclusiva, em resposta às complexidades trazidas pela pandemia do novo coronavírus.*

*Neste sentido, cabe destacar que recentemente o TRF-3 realizou, em parceria com a OAB-SP, o treinamento de mais de 1300 advogados para um melhor uso do PJe. Devido ao enorme sucesso do curso, inscrições para novas turmas serão abertas. Críticas ao sistema são bem-vindas e servem de parâmetro para melhorias. Graças à ferramenta, a prestação jurisdicional se manteve, sem maiores problemas, mesmo durante os momentos de trabalho integralmente remoto. Desde fevereiro, a equipe de Tecnologia do Tribunal atendeu a mais de 5 mil solicitações do público externo referentes aos sistemas de informação da Justiça Federal da 3ª Região.*

*Os índices de produtividade, divulgados nos [portais eletrônicos](#), revelam que não houve queda no rendimento de magistrados e servidores com a pandemia e as necessárias medidas adotadas para seu enfrentamento. Pelo contrário, foi observado crescimento no número de processos julgados.*

*Em nenhum momento houve interrupções no atendimento aos advogados, devidamente realizado por meios eletrônicos durante o período mais severo da pandemia. Desde o dia 27 de julho, as atividades presenciais foram retomadas na Justiça Federal da 3ª Região. Os contatos para agendamento, assim como os números telefônicos, estão nos sites do TRF-3 e das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Eventuais reclamações sobre o atendimento prestado podem ser enviadas à Ouvidoria da Corte, pelo formulário: <http://web.trf3.jus.br/Sistemasweb/ContatoOuvidoria>.*

*O Tribunal Regional Federal da 3ª Região está sempre aberto ao diálogo e realiza, também, pesquisas constantes com usuários para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional."*

*Texto alterado às 13h15 de 25/11/20, para inclusão da nota do TRF-3.*

**Date Created**

24/11/2020